## PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº

, DE 2009

(Do Sr. Paulo Roberto)

Altera a Lei n° 4.595, de 31 de dezembro de 1964, para instituir elementos de diferenciação tátil nas cédulas e moedas nacionais.

## O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O inciso IV do art. 4º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, passa a vigorar com a seguinte redação:

"	A	r	t	4	4	0					-			 			•			-	-	-	-	-	-						•						 	-					 				
_																																															
ı	-			 _			_		 			_					_	 	 							_	_	_	_	 			_		 _	 	 	 			 _	_	 		 	_	

IV - determinar as características gerais das cédulas e das moedas, observando-se a diferenciação dos valores das cédulas por tamanhos crescentes, respectivamente, bem como a adoção de outros elementos de identificação tátil para as moedas." (NR)

Art. 2° Esta lei complementar entra em vigor na dat a de sua publicação oficial.

## **JUSTIFICAÇÃO**

Desde 1991, são impressos no papel moeda nacional sinais característicos em relevo, para facilitar a identificação dos respectivos valores das cédulas pelos deficientes visuais.

Ocorre que a experiência estrangeira tornou característica padrão, pela União Européia, por exemplo, a diferenciação dos valores das notas através de tamanhos diferenciados das respectivas notas, sendo as de menor valor as notas menores, e de maior valor as notas maiores. E é tal característica a que propomos através do presente projeto de lei.

As atuais e usuais marcas das notas de real em relevo se desgastam e desaparecem com o tempo, devido ao manuseio das cédulas pelo público, o que torna complicado e acaba mesmo impedindo a identificação das referidas notas pelo tato.

Inclusive, no passado, o papel-moeda brasileiro já teve tamanhos diferenciados para os diversos valores das cédulas. No entanto, o último registro de sua utilização é da década de setenta, do século passado. A partir de então a autoridade monetária voltou a adotar tamanho único para as cédulas, que perdura até hoje, negligenciando dessa forma, continuamente, a parcela da população que é deficiente visual.

O objetivo desta proposição é acrescentar à competência estabelecida ao Conselho Monetário Nacional, por meio da Lei da Reforma Bancária, uma condição de inclusão social, para que seja observada a diferenciação dos respectivos valores por tamanhos crescentes das cédulas. Assim, a comunidade de deficientes visuais terá maior facilidade para identificar os valores das notas de reais, garantindo independência mínima a essa parcela da população, facilitando o dia a dia desses brasileiros, ao possibilitar que paguem suas compras, conferiram trocos e possam dispor de mais essa ação em prol de sua inclusão social.

3

Note-se que projeto de lei prevê também a adoção de outras características diferenciadoras para as moedas, que de acordo com as inovações tecnológicas futuras, possam vir a corroborar ainda mais na facilitação da identificação tátil das notas de real.

Certo de estar contribuindo para a inclusão social dos cidadãos brasileiros com deficiência visual, espero apoio dos nobres Pares.

Sala das Sessões, de

de 2009.

Deputado PAULO ROBERTO